

----- **ATA N.º 27/2017** -----

-----Aos 20 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----António Graça Silva; -----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida; -----

-----Júlio Manuel dos Santos. -----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06/12/2017** -----

-----Foi presente a ata n.º 26, da reunião ordinária do Executivo de 06/12/2017, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo correções a efetuar, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu novamente, que tendo em conta a duração das intervenções no período de “Antes da Ordem do Dia”, apelou a que haja uma maior gestão do tempo no uso da palavra, uma vez que nos termos do Regimento da Câmara Municipal, o período de “Antes da Ordem do Dia”, tem a duração máxima de 30m, sendo que cada membro da Câmara Municipal dispõe de 5m no total para, designadamente apresentar pedidos de informação, moções, requerimentos, e (ou) fazer declarações políticas, esclarecimentos e propostas. -----

-----De seguida, deu conhecimento da realização de uma reunião extraordinária, no dia 28/12, pelas 10h, sendo os Senhores Vereadores convocados nos termos da Lei. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** disse não concordar com a argumentação do Senhor Presidente da Câmara, e, por conseguinte, irá apresentar uma proposta de alteração, nomeadamente ao art.º 10.º (Período de Antes da Ordem do Dia), por considerar que o tempo regimentado não é suficiente. -----

-----De seguida, solicitou cópia do Orçamento, GOP's e Mapa de Pessoal referente a 2017. -----

## -----ORDEM DO DIA-----

### -----1. SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

#### -----1.1 ASSUNTO: 12.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2017 - -----

-----Foi presente informação interna, datada de 14/12/2017, com registo n.º 4038, submetendo para aprovação a 12.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2017, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Esteve presente nesta reunião, o responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta alteração tem como objetivo essencial ajustar algumas rubricas da despesa, uma vez estar próximo o final do ano.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** pretendeu ser esclarecido sobre a necessidade desta alteração orçamental, nomeadamente na designação de Administração Autárquica, uma vez que verifica haver um reforço nesta classificação económica. Mais disse, estar o Senhor Presidente da Câmara de parabéns pela forma arguta como deu a volta à questão do reforço da verba para pagar ao pessoal do seu gabinete político.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Albano** disse ter a certeza de que na 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Alteração Orçamental, não aprovou qualquer tipo de reforço ao Gabinete de Apoio à Presidência, no entanto, e perante a intervenção do Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos, solicita que o Técnico clarifique esta situação.-----

-----O Técnico começou por explicar a alteração orçamental, por rubrica. Na designação Administração Autárquica, foi efetuado um reforço na rubrica “ajudas de custo”, para pagamento das ajudas de custo e senhas de presença aos Deputados Municipais. Foi também efetuado um reforço de 5.000€, na rubrica “encargos com a saúde”, que diz respeito à ADSE. Reforçou-se em 6.000€ a rubrica “gasóleo”, para fazer face à faturação do mês de dezembro. Na rubrica “limpeza e higiene”, foi feito um reforço de 1.500€, para aquisição de produtos de limpeza, bem como, foi efetuado um reforço de 5.000€, na rubrica “vestuário e artigos pessoais”, para aquisição

de bens para o pessoal da autarquia. O reforço de 6.000€ em “outras”, diz respeito à aquisição de queijo para venda no Solar do Queijo. Na rubrica “encargos das instalações”, foi efetuado um reforço de 30.000€ para pagamento da faturação de eletricidade do município. Já o reforço de 10.000€ em “transportes” diz respeito aos transportes escolares. Na rubrica “assistência técnica”, foi feito um reforço de 4.260€, para reparações ao nível do ar condicionado no Centro Cultural. -----

-----No que diz respeito às GOP's, deu conhecimento de que foi efetuado um ajuste no valor de 5.000€, em aquisição de terrenos, apresentando um total de 6.000€. Verifica-se também um ajuste de 2.000€, em asfaltamento, calcetamento e reparação da rede viária, para o caso de ser necessário proceder a alguma reparação. Foi também feito um ajuste de 5.000€, para pequenas obras nas freguesias, bem como um ajuste de 14.000€ no Turismo, para despesas adicionais que possam surgir, face à época natalícia.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três abstenções e dois votos a favor, aprovar a 12.ª Alteração ao Orçamento e GOP's, referentes ao ano de 2017.**-----

-----**1.2 ASSUNTO: ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL E GOP's 2018**

-----O Senhor **Presidente da Câmara** submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2018, para análise e aprovação do Executivo, documentos cujas cópias se anexam a esta ata **(2)**, considerando-se integralmente reproduzidos e que ficam arquivados em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que estão perante um documento que será a chave mestra de um trabalho a desenvolver ao longo do ano que vem. Tendo em vista a satisfação das

necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município, de acordo com os princípios legais vigentes. Este orçamento tem em conta vários pressupostos, nomeadamente as obras que o Município se propõe realizar em 2018 e 2019, salientando a prioridade nos investimentos previstos na área da educação, ou seja, a Requalificação das Escolas EB1 da Lageosa do Mondego e de Santa Luzia, bem como a reconstrução da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujos investimentos previstos totalizam 3.120.503€. Salientou também, o investimento previsto em requalificação de infraestruturas de saneamento no valor de 561.474€, que visa a requalificação de diversos sistemas de tratamento de águas residuais no concelho, através de uma candidatura ao POSEUR. -----

-----Deu conhecimento de que foram rececionadas no Município, algumas propostas no âmbito do orçamento participativo, nomeadamente da Juventude Socialista, sendo que algumas delas foram introduzidas no orçamento ora em discussão. Acrescentou, que durante o próximo ano serão criadas condições para a implementação do orçamento participativo, com regras definidas. Este tipo de situações permite aprofundar a recolha de contributos dos cidadãos na discussão e elaboração do orçamento público municipal, sendo-lhes dada a oportunidade de propor, debater e aprovar alguns projetos de interesse para o Concelho. -----

-----Foi solicitado ao Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, uma explanação sobre este assunto.-----

-----O Técnico começou por dizer que é da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu órgão executivo, a elaboração de documentos previsionais, assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos Municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação, até três meses depois da tomada de posse do órgão executivo, nos termos da Lei. -----

-----O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental. Para 2018, optou-se por refletir nas GOP's todas as despesas do Município, ou seja, todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP's, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. -----

-----Continuou dizendo, que de acordo com os dados divulgados pela DGAL, a situação financeira do Município obriga a que o mesmo recorra a mecanismos de recuperação financeira previstos na atual Lei das Finanças Locais, nomeadamente o saneamento financeiro. A Assembleia Municipal aprovou a 14/09 um plano de saneamento financeiro no valor de 11.592.670,82€, que visa liquidar dívida em atraso através da contratação de empréstimos, e que estabelece os limites orçamentais do Município para um período de 14 anos. -----

-----O Orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos (PPI), apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. O PPI prevê só para 2018 cerca de um milhão e meio de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas e dos fundos disponíveis do Município para assumir as componentes nacionais. -----

-----Relativamente às receitas, as mesmas foram previstas de acordo com as previsões de receita liquidada incluídas no plano de saneamento financeiro, bem como a respetiva receita cobrada não liquidada do ano anterior estimada no mesmo plano. As únicas receitas previstas no orçamento que não estão de acordo com plano de saneamento, são as receitas dos financiamentos comunitários que variam consoante os investimentos previstos, bem como as rendas em atraso por parte da

empresa Águas do Vale do Tejo relativa às cedências das infraestruturas (283.790€) e as transferências estatais. -----

-----Em 2018 dever-se-á realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2017, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2017. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas, no próximo quadro comunitário. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** pretendeu saber a que diz respeito a receita prevista no valor de 380.625€, classificada como “privadas”, bem como onde se encontra a previsão de receita para a cobertura do défice orçamental. -----

-----Em resposta, o Técnico disse que a receita prevista classificada como “privadas”, é a estimativa do que se prevê receber dos parques eólicos. Disse ainda, que não existe défice orçamental. -----

-----No que concerne às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos 12 meses, à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma estimativa para eventuais juros moratórios que deverá ser ajustada ao longo do ano de 2018. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2018.-----

-----Estão previstas despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2018, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do Município. As transferências foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para associações e apoios a conceder a particulares, tais como bolsas de estudo e programas ocupacionais. -----

-----As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2018 e 2020, podendo estas rubricas ser verificadas no PPI, sendo que grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários. Dentro das obras que o Município se propõe realizar em 2018 e 2019, salientou a prioridade nos investimentos previstos na área da educação, nomeadamente a requalificação das escolas EB1 da Lageosa do Mondego e de Santa Luzia, bem como a reconstrução da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujos investimentos previstos totalizam 3.120.503€. Salientou ainda, o investimento previsto em requalificação de infraestruturas de saneamento no valor de 561.474€, que visa a requalificação de diversos sistemas de tratamento de águas residuais no concelho, através de uma candidatura ao POSEUR. -----

-----O Orçamento da despesa a aprovar para 2018 tem um valor global de 22.960.398€. A nível da receita o valor é também de 22.960.398€ tendo em consideração a necessidade de equilíbrio orçamental, de acordo com o previsto no POCAL. O equilíbrio orçamental de acordo com a nova Lei das Finanças Locais tem em consideração o conceito de amortizações médias de empréstimos, que somadas às despesas correntes deverão ser inferiores às receitas correntes do próprio ano.-----

-----Este Orçamento prevê cerca de doze milhões de dívidas a fornecedores, dos quais 11.592.671€, serão financiados pelos empréstimos de saneamento relativas a dívidas anteriores a 2017. Os montantes finais da dívida foram estimados com os dados mais recentes, mas poderão estar sujeitos a alterações, pelo que, o montante exato a transitar para 2018 só será efetivamente conhecido no início do próximo ano. -----

-----Relativamente ao documento apresentado, o Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** referiu que este Orçamento não é, seguramente, o

orçamento que o Concelho de Celorico da Beira precisa e anseia, nem como o partido que representa, INDEPENDENTES - PNT, proproia. Considera, que não é este o caminho a seguir, para que o Concelho saia do marasmo em que se encontra há já 12 anos. Por esta razão, refere que à partida, e se nenhuma alteração ao mesmo for feita, irá votar contra o documento apresentado.-----

-----Referiu ainda que, na sua opinião este documento deveria ter sido elaborado em colaboração com todos os Vereadores; no entanto, o partido que o Senhor Presidente da Câmara representa, o PSD, esquece-se que não tem maioria, e como tal não pode ter apenas em consideração o seu programa eleitoral. Se o povo considerasse que o programa eleitoral do PSD era o melhor, então ter-lhe-ia dado a maioria. Mais disse que, face ao documento apresentado, teria de dar os parabéns ao PS, uma vez que reconhecia nos orçamentos anteriores, um projeto melhor em prol do desenvolvimento do Concelho e do bem-estar dos seus munícipes. Sendo certo que a redução da dívida, só aparece porque a Câmara a isso está obrigada, por Lei. -----

-----Mais afirmou, que o PNT não está disponível para votar favoravelmente um orçamento que prevê aumentar a dívida para pagar despesa corrente. Se o orçamento apresentado contemplasse contração de dívida para aumentar o investimento, aí poderiam contar com o seu voto a favor. Mas o que verifica, é que não há qualquer redução de despesa relativa às “gorduras” que podem e devem ser eliminadas. Acrescentou, que este documento é o orçamento de “outros”, pois em todas as rubricas, aparece a designação “outros”. O PNT pretende ser esclarecido, rubrica a rubrica, sobre os valores previstos para “outros”. Mais considera que não é justo, que os técnicos e quem mais elabora o orçamento, tenham conhecimento atempado dos valores previstos, e os Vereadores não. -----

-----Consequentemente, o PNT votará contra esta proposta, nos moldes apresentados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** aceita os argumentos apresentados, mas não compreende a posição do Senhor Vereador, que considera contraditória relativamente à postura que tem vindo a assumir nas reuniões. Este orçamento inclui dívidas antigas, inclusive do tempo do Senhor Vereador e ao contrário do que é referido, existe redução de dívida. Disse ainda, que o Senhor Vereador não é coerente com as suas interpretações em termos de orçamento, até porque, não concorda com umas rubricas e concorda com outras.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** fazendo uso do Exercício de Direito de Defesa, proferiu a seguinte declaração para que fique a constar em Ata: -----

-----“O Senhor Presidente da Câmara deve estar a confundir os seus conhecimentos de Filosofia, com a filosofia orçamental. Eu fui muito claro, se o Senhor Presidente me apresentar um orçamento que preveja investimentos no valor de 10ME, eu em nome do PNT, aprovo. Agora, para despesas correntes, por favor apertem o cinto. Na sua opinião não podem dar-se ao luxo de aumentar a dívida com pessoal mais mordomias e filosofias (Por favor, acabem com elas)”.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** começou por dizer e após análise do documento apresentado, que gostaria de ver um orçamento direcionado para o desenvolvimento do Concelho. Gostaria também, de ter tido a hipótese de debater e ver refletido no mesmo, algumas das situações presentes no seu manifesto eleitoral.-----

-----Verifica uma alteração gigantesca relativamente ao défice orçamental anteriormente apresentado, bem como, um aumento da receita e da despesa. Sobre a despesa, analisando a componente financeira, verifica um aumento de 56,4%, relativamente a 2017, no que se refere aos titulares órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos. Não pretendendo colocar em causa a gestão de outros, o PS tem de ser

coerente, até porque, nunca votou o aumento da despesa com pessoal político, porque considerava que o que estava era suficiente. Verifica, que o que ganha consistência neste orçamento é o aumento da despesa com pessoal político. Continuou dizendo, que verifica uma rubrica da despesa de 3ME, pretendendo saber a que diz respeito este aumento. Sobre a rubrica relativa a “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, cujo valor da despesa é de 136.613€, verifica um aumento considerável em comparação com o ano anterior. Questionou ainda, qual a justificação para a rubrica “Outros trabalhos especializados”, cujo valor é de 1.902.589€. -----

-----No que concerne aos investimentos cofinanciados com fundos comunitários, verifica que está previsto no PPI, no âmbito do Centro 2020, a Requalificação do Mercado Leilão de Gado, no valor de 450.000€. Uma vez que o atual Executivo não pretende dar a finalidade prevista a este espaço, tal como constava na candidatura efetuada, ou seja, um Observatório e Pólo de Investigação do Queijo Serra da Estrela, questiona, se pretendem alojar um ninho de empresas naquele espaço, e sendo esse o propósito, e havendo devolução do atual edifício sede da Fundação ao Município, se o mesmo não deveria ser destinado a esse fim e no Mercado Leilão de Gado, nascer um Centro Multiuso. -----

-----Continuou dizendo, que o investimento previsto neste orçamento é aquele que irá nortear os destinos do Concelho de Celorico da Beira no próximo ano. O PS, para além de considerar a despesa exagerada, não participou na elaboração do mesmo, nem apresentou qualquer tipo de contributo. Considera, que poderiam estar refletidos neste documento, projetos na área do empreendedorismo, e caso assim fosse, o orçamento poderia ser aprovado, por unanimidade. -----

-----Sugeriu, que até ao final da reunião e caso o documento em causa possa ser alterado, o PS estará disponível para votar, caso contrário não. ---

-----Relativamente às questões colocadas, o Técnico esclareceu que a rubrica da despesa no valor de 3.243.625€ inclui o empréstimo de

saneamento financeiro e dívida em atraso. Já no que diz respeito à rubrica “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, deu conhecimento de que cerca de 94.000€ é despesa do ano, sendo que o restante é dívida. Sobre o valor previsto para outros trabalhos especializados, informou que esta rubrica inclui diversas GOP’s, onde se incluem também os eventos, sendo que a maior parte do valor é dívida em atraso incluída no saneamento financeiro. -----

-----Sobre o Mercado Leilão de Gado, disse que o projeto está sinalizado no PARU de Celorico da Beira, na segunda fase de execução do mesmo, isto é, após a total execução dos projetos compreendidos na 1.ª fase, será efetuada uma avaliação e só após essa avaliação é que se poderá candidatar, ou não, o projeto em causa que se destina a Observatório e Pólo de Investigação do Queijo Serra da Estrela. -----

-----Relativamente à análise e considerações feitas pelos Senhores Vereadores ao Orçamento Municipal, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que todas as opções estão devidamente justificadas. Relativamente à questão do aumento com pessoal político, na sua opinião essa situação não se coloca, até porque, considera que estas nomeações são uma mais valia para o Concelho e não um custo. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador António Silva** e atendendo à época Natalícia em que se encontram, desejou Bom Natal a todos os presentes. --

-----Sobre as considerações feitas ao orçamento ora apresentado, disse que o Executivo em exercício tomou posse há cerca de dois meses e meio, tendo desde então realizado um trabalho intenso, mais propriamente externo ao Município. Disse que um orçamento obedece a um conjunto de regras emanadas da própria legislação autárquica, bem como a um princípio de continuidade. Este documento foi iniciado no anterior mandato e como tal, poderá não ser o orçamento que almejam, mas foi o possível.

O Município tem dívidas e como tal, terá de arranjar mecanismos financeiros para tratar esta situação. -----

-----Disse que em tempos esteve previsto que o Município de Celorico da Beira recorresse ao reequilíbrio financeiro, que, entretanto, passou a saneamento financeiro, tendo o contrato sido assinado já por este Executivo, que poderia ter eliminado a continuidade desse programa, mas atendendo a vários aspetos, o Senhor Presidente da Câmara decidiu dar seguimento ao mesmo.-----

-----Relativamente ao aumento da despesa na rubrica de titulares de órgãos de soberania e membros autárquicos, referenciada pelo Senhor Vereador José Albano, disse que também o anterior Executivo havia efetuado várias promoções de última hora, bem como procedido à abertura de procedimentos concursais, por forma a concluir o processo de internalização dos funcionários da Empresa Municipal, em plena campanha eleitoral, existindo ainda, dois concursos a decorrer. Fazendo contas, provavelmente a despesa foi muito maior. -----

-----Disse que este Executivo está recetivo a acolher as propostas do anterior poder autárquico, citando como exemplo a instalação da Clínica de Hemodiálise, como se pode comprovar através da agenda desta reunião, onde se encontra agendado o Contrato de Compra e Venda entre o Município de Celorico da Beira e a Fundação Renal Portuguesa. -----

-----De seguida, disse que o Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos, havia referido que este documento deveria ser elaborado em conjunto com a restante Vereação, no entanto, qualquer dos Vereadores tinha toda a legitimidade e liberdade para apresentar propostas. Acrescentou, que inclusive o Senhor Vereador havia apresentado várias propostas direcionadas para o património, sendo que algumas delas foram acolhidas no orçamento.-----

-----Não existe, neste momento, um balanço previsional projetado que permita verificar se o valor da dívida baixa, ou não. Apenas no final do ano será possível aferir essa situação. -----

-----Disse ainda, que o valor inicial do défice orçamental e que era do anterior executivo, contemplava vários projetos. Realçou o projeto das escolas, bem como o investimento previsto, dando conhecimento de que não existe financiamento necessário para a totalidade do investimento previsto, uma vez que o investimento total das duas escolas é muito superior ao investimento elegível ficando o financiamento apenas em 50% e não em 85% como é habitual. Relativamente à Escola C+S Sacadura Cabral o investimento é de 2ME com uma taxa de comparticipação de 92,5%, logo a autarquia só tem de suportar 7,5%.-----

-----Sobre os projetos dos Largos, verificou-se na área da engenharia que se tratava apenas de uma substituição de pavimento, não intervindo no que realmente importava, designadamente ao nível das infraestruturas, pelo que, estes projetos terão que ser repensados e analisados. -----

-----No que diz respeito às ETAR's, deu conhecimento de que estava previsto que até final de 2017 houvesse uma execução de 50% das mesmas, o que não aconteceu, estando apenas a decorrer a execução de uma delas, por estarem ainda a decorrer as negociações com os proprietários para aquisição do terreno onde se localiza a fossa séptica existente e onde irá ser construída a ETAR. No âmbito de uma reunião com a autarquia e gestão do POSEUR, ficou acordado adjudicar os procedimentos relativos às ETAR's em falta até fevereiro. Verifica, nesta situação, uma total inoperância por parte do anterior Executivo, uma vez que foram apresentadas várias propostas pelos proprietários dos terrenos e não houve capacidade de negociação.-----

-----Deu também conhecimento de uma candidatura das Aldeias Históricas de Portugal, denominada *AHP Smart Lands (Redes WI-Fi)*, que visa a criação de condições de disponibilização de redes Wi-Fi de elevada qualidade nos Centros Históricos e Espaços Públicos de maior afluxo de turistas abrangendo a Aldeia Histórica de Linhares da Beira.-----

-----Relativamente ao Mercado Leilão de Gado, para o qual estava previsto um Observatório e Pólo de Investigação do Queijo Serra da

Estrela, disse não concordar com este tipo de projeto. Considera, que devem ser estudadas alternativas para este local.-----

-----Deu também conhecimento de uma candidatura ao nível do Património Natural que abrange a criação de infraestruturas, designadamente passadiços e percursos interpretativos ao longo das margens do Rio Mondego, fazendo a ligação entre à Praia dos Doutores e a Ponte da Lavandeira.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** disse que nas suas intervenções não fez qualquer ataque político e tal como referido pelo Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos na última reunião "... atual poder "*chutar*" todos os assuntos melindrosos para os Executivos anteriores...", concorda que este tipo de postura por parte do atual Executivo, prejudica o desenvolvimento de estratégias futuras para o desenvolvimento do Concelho. Governar uma Câmara baseada no passado, perde-se o presente e condena-se o sucesso do futuro. Sugeriu novamente, que fosse convocado o Executivo anterior, na pessoa do Senhor Eng.º José Monteiro e Dr. José Luís, no sentido de esclarecer estas situações.-----

-----Já que o Senhor Vereador António Silva faz questão de falar no passado, no que se refere a "promoções" que ocorreram no final do anterior mandato, lembrou que foi à semelhança das que o Senhor Vereador fez quando detinha o pelouro financeiro, com a abertura de concursos para o quadro de pessoal, que certamente representaram também um aumento da despesa.-----

-----Relativamente à instalação da Clínica de Hemodiálise, houve um conjunto de fatores que atrasaram a conclusão da negociação por parte do Executivo anterior, nomeadamente a deslocalização do lote de terreno da Celflor, situação que foi logo ultrapassada. Apesar de na campanha eleitoral ter sido dito que esta infraestrutura nunca viria para o Concelho de Celorico da Beira e que nem existia, a verdade é que existe e vai ser uma realidade.-----

-----No que concerne às escolas, disse que na altura, o Secretário Estado da Educação assumiu a responsabilidade da requalificação da Escola EB 2,3/S Sacadura Cabral, e a construção dos Centros Escolares, um em Celorico da Beira e outro na Lageosa do Mondego, ficando assim, toda a rede da educação no concelho remodelada e com novos equipamentos, apetrechados com as mais avançadas tecnologias, as quais seriam colocadas ao serviço da educação no Concelho. Foram, inclusive, colocados os contentores, que depois foram removidos, com a mudança de Governo PS, para o PSD. -----

-----Quanto à inoperância do Executivo anterior, segundo palavras proferidas pelo Senhor Vereador António Silva, no que se refere às ETAR's, disse que efetivamente, o "Plano de Ação" foi entregue no âmbito dos processos de contraordenação, no sentido de não serem aplicadas à autarquia, coimas ambientais. Daí o anterior Executivo ter realizado as candidaturas às várias ETAR's do Concelho, estando neste momento aprovadas 12, para corrigir os problemas e falhas nesta área.-----

-----Sobre a zona industrial, disse que foi feita uma proposta ao município, de alienação do Parque Empresarial A25 por um valor simbólico e a cedência gratuita do edifício da extinta Empresa Municipal, para instalação de serviços. Em contrapartida, esta empresa comprometia-se a realizar alguns investimentos, bem como, a construção da ETAR e terraplanagens.-----

-----Congratulou-se pelo facto das propostas apresentadas pela JS no âmbito do orçamento participativo terem sido aceites.-----

-----De seguida, questionou o Técnico da Contabilidade relativamente aos subsídios atribuídos à Coceba e Celflor.-----

-----Em resposta, o Técnico disse que consta da despesa uma rubrica denominada "Locação de Edifícios", no valor de 163.926€, em que 33.000€ se destinam à Coceba. Existe ainda, uma rubrica de Apoio ao

Associativismo cujo valor é de 44.194€, onde se inclui a Celflor, cujo subsídio mensal é de 2.750€.

-----O Senhor **Vereador José Albano** continuou dizendo que apesar de nos últimos doze anos não ter feito parte do Executivo Municipal, defende que sejam criadas metas e objetivos para redução da dívida. Recorda, que na sessão da Assembleia Municipal do mês de setembro foi dito pelo Dr. José Tavares e Presidente da Câmara de então, que a dívida iria diminuir, situando-se nos 17ME. O Técnico disse que a dívida poderia ser de aproximadamente 18ME, no entanto seria necessário expurgar várias dívidas.

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez referência à participação prevista para a requalificação das escolas, o que em termos financeiros, é obviamente um encargo para o Município. Considera, que tudo aquilo que é dito e que diz respeito à gestão do anterior Executivo, não é uma forma de ataque, muito menos à pessoa do Senhor Eng.º José Monteiro e Dr. José Luís, pelo contrário. Contudo, não podem fugir ao orçamento apresentado, mas quem está no poder herda o bom e o mau, e como tal é necessário dar continuidade a um trabalho que já existia.

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que na sua intervenção havia frisado o sentido de continuidade e princípio. No que concerne aos ataques, esclareceu que não são ataques pessoais e não há necessidade de convocar quer o Eng.º José Monteiro, quer o Dr. José Luís, à semelhança do passado, que a ele também nunca o cá chamaram para prestar qualquer tipo de esclarecimento.

-----Quando se refere à inoperância, é na sequência de uma proposta apresentada por um particular, para aquisição de um terreno onde se encontra localizada a fossa séptica e que o Executivo não negociou, apesar do tempo em que a mesma foi apresentada, seis meses.

-----Relativamente à instalação da Clínica de Hemodiálise, a questão era resumida a um simples ato, o Senhor Presidente da Câmara que tem assento na Assembleia Municipal da Celflor, convocava uma reunião extraordinária para tratar da questão da deslocalização do lote.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** esclareceu que aquando da cedência do lote à Fundação Renal Portuguesa, verificou-se na escritura que faltava o registo da deslocalização do lote da Celflor, daí a demora no processo.-----

-----De seguida, proferiu o seguinte:-----

-----“O que dizer sobre o aumento das despesas com pessoal titular de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos em mais 56,64%relativamente ao orçamento de 2017?-----

-----O Partido Socialista não concorda e não podia concordar por não entender quais os benefícios para os munícipes deste concelho.-----

-----Aumentar o número de nomeados políticos, quando temos por referência a recente gestão do anterior executivo municipal, onde havia 1 presidente, 1 vice-presidente e um chefe de gabinete (que o PSD tanto contestou por acharem desnecessário esse cargo), como se pode explicar que em tão curto espaço de tempo se justifique acrescentar a estes 3 lugares mencionados, mais um Vereador a tempo inteiro, mais um adjunto e possivelmente uma secretária?-----

-----Estamos a falar num aumento de despesas salariais de políticos de mais 56,64%, em referência ao previsto no orçamento de 2017, ou seja, serão mais de 13.000€/mensais.-----

-----Desculpem, mas o PS não pode aceitar esta situação.-----

-----Consideramos igualmente inadmissível que este mesmo orçamento não tenha sido discutido, partilhado e debatido com os Presidentes de Junta de Freguesia do nosso Concelho e que tão bem conhecem as reais necessidades das suas freguesias e suas gentes.-----

-----Colocar uma rubrica genérica, onde sem descrição, nem justificação de que obras estão previstas para as freguesias, constitui um insulto a todas as Juntas de Freguesia, bem como, o adular as regras da democracia mais elementares, assim como, um distanciamento e retrocesso, àquilo que deve caracterizar a elaboração do Orçamento Municipal, que se pretendia ser baseado no debate, na troca de ideias, ou seja, que pudesse ser Participativo, o que não acontece com este documento que hoje temos à nossa frente.-----

-----Não irei fazer considerações sobre obras previstas, pois entendemos que as mesmas devem fazer parte de uma estratégia que apenas fideliza quem elaborou o Orçamento e suas grandes opções, sendo que reconhecemos que a maioria das obras previstas neste orçamento, transitam do anterior executivo municipal.-----

-----A minha posição não se baseia em nada neste ponto, embora entenda que quem governa, deve ter uma estratégia própria, legitimada pelo voto popular.-----

-----A nossa responsabilidade para com todos os Celoricensenses, a nossa consciência, bem como, a obrigação que reveste a natureza do cargo que ocupamos por eleição, não me permite como vereador, votar favoravelmente este orçamento, considerando que este voto possa sensibilizar o atual executivo minoritário do PSD, para a necessidade de debate, cedências e afirmação clara de um Rumo para o Concelho, baseado num projeto para o desenvolvimento económico sustentável do mesmo.-----

-----Toda a minha argumentação apelava ao bom senso e quem sabe com alguma flexibilidade do executivo, algumas cedências para poder votar a favor do orçamento, o que não foi entendimento do mesmo.-----

-----Reforço o meu pressuposto inicial, ou seja, a elaboração de um Orçamento Municipal, deve traduzir-se obrigatoriamente, na discussão, diálogo, partilha de ideias e compromissos, com vista à satisfação das reais necessidades do Concelho.-----

-----Pela análise efetuada, diálogo não houve, compromissos para encontrarmos as melhores opções também não houve e este mesmo documento carece de estratégias fundamentais para o desenvolvimento que Celorico precisa e anseia. -----

-----Os Vereadores do PS tudo têm feito no sentido de fomentar o debate e diminuir a intensidade das diferenças que nos podem separar, dos leitos do PSD, embora cheguemos a pensar que as nossas propostas parecem aborrecer o executivo. -----

-----Não criticamos, sugerimos! -----

-----Não deixamos arder, para depois aparecermos como heróis!-----

-----Temos feito propostas justas e adequadas que faziam parte de um projeto de desenvolvimento económico social que apresentámos ao eleitorado nas últimas eleições autárquicas, para fazermos uma governação responsável. -----

-----O PS não tem pressa em chegar ao poder, pois se assim fosse a estratégia seria outra. -----

-----Queremos ajudar de forma séria, transparente e rigorosa a gestão municipal e o executivo municipal minoritário do PSD. -----

-----A situação financeira do município melhorou substancialmente nestes últimos anos, tendo havido um melhor controlo das despesas, sem por em causa o investimento.-----

-----Este processo só foi conseguido com o esforço de todos os Celoricenses, que se viram sobrecarregados com taxas máximas nos impostos a cobrar pelo município, fruto de imperativos legais e que o Partido Socialista entende devolver gradualmente esse apoio e sacrifício com a redução das taxas de IMI e IRS, a partir de janeiro de 2018. -----

-----Continuarei a contribuir com propostas e sugestões e quem sabe daqui a um ano possamos estar a corrigir o que faltou neste ano. -----

-----Caso o Orçamento seja aprovado, tal como se prevê, neste momento a gestão deixou de ser partilhada pela maioria dos Vereadores

da Oposição, visto que a discussão e intervenção que nos deram, foi uma hora para nos mostrarem o Orçamento feito.” -----

-----Relativamente à participação direta e efetiva dos Presidentes de Junta, na elaboração do Orçamento Municipal, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que é intenção do Executivo em exercício que essa situação se verifique na elaboração do próximo orçamento, apesar que cada uma das Juntas de Freguesia poderia ter enviado ao Município propostas de inclusão. -----

-----Sobre o aumento de despesas salariais de políticos de mais 56,64%, conforme referido pelo Senhor Vereador José Albano, disse que se verifica apenas a nomeação de um adjunto em relação ao figurino anterior. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o Orçamento, GOP's e Mapa de Pessoal para o ano de 2018.**-----

-----**Votaram a favor o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Silva, absteve-se o Senhor Vereador Bruno Almeida e votaram contra os Senhores Vereadores José Albano e Júlio Manuel dos Santos.**-----

-----**Verificando-se um empate, o Senhor Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 54.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desempatou, votando a favor.**-----

-----**Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/13, de 12/9, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2018.**-----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador Bruno Almeida:**-----

-----“Abstenho-me na votação do Orçamento e GOP's 2018, tendo em conta a situação financeira em que se encontra o Município de Celorico da Beira e face aos compromissos assumidos pelo Município com projetos

cofinanciados, como são exemplo as Obras de Requalificação das Escolas e Obras de Saneamento em todo o Concelho, parece na minha opinião, que é o Orçamento Possível, consciente que qualquer que tivesse sido o resultado das últimas eleições autárquicas, o Orçamento para 2018 não seria muito diferente daquele que nos é aqui apresentado para votação.”-----

-----Declaração de voto contra a proposta de Orçamento e GOP’s para 2018, apresentada pelo Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos**:-----

-----“Atendendo a que o Orçamento e GOP’s foram elaborados sem a participação do Vereador eleito pelo PNT;-----

-----Atendendo a que a dívida da Câmara Municipal, ao que é dado saber neste momento, orça em cerca de 18ME, um valor calamitoso e exorbitante;

-----Atendendo a que o Orçamento prevê um aumento de despesa corrente injustificável;-----

-----Atendendo a que a proposta de Orçamento não apresenta nenhuma luz relativamente ao desenvolvimento do Concelho para os próximos quatro anos; -----

-----Atendendo a que o Orçamento trata como enteadas todas as freguesias do Concelho; -----

-----O Vereador eleito pelo PNT, em representação de todos os munícipes que nele votaram, não tem outra opção, a não ser votar contra os dois documentos.” -----

-----**2. SECÇÃO DE TRÂNSITO E VIAS MUNICIPAIS**-----

-----**2.1 ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL EM LUGAR PRIVATIVO, PARA O ANO 2018**-----

-----**Requerente: Ótica Celoricense, Lda.**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 3899, datada de 05/12/2017, referindo que pretende a requerente a renovação de um lugar de estacionamento privado para o ano de 2018, na Rua Senhora da Graça,

em Celorico da Beira, com a área de 9,00m<sup>2</sup>, para os veículos com as matrículas 60-TT-54 e 78-RX-21.-----

-----Caso o pedido seja aprovado, deverá a requerente proceder ao pagamento em janeiro de 2018, das taxas municipais no valor de 219,97€, nos termos da Tabela de Taxas e Preços do Município de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente, nos termos da informação técnica.**-----

-----**2.2 ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL EM LUGAR PRIVATIVO**-----

-----**Requerentes: Ivone Maria Tovar de Almeida Salvador Chaves, Herdeiros de**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 3895, datada de 05/12/2017, referindo que pretendem os requerentes a renovação de um lugar de estacionamento privado para o ano de 2018, no Largo do Tabulado, junto à Casa de Turismo de Habitação, em Celorico da Beira, de apoio à respetiva Casa dos Osórios, com área de 10,09m<sup>2</sup>.-----

-----Caso o pedido seja aprovado, deverão os requerentes proceder ao pagamento das taxas municipais em janeiro de 2018, no valor de 241,97€, nos termos da Tabela de Taxas e Preços do Município de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido dos requerentes, nos termos da informação técnica.**-----

-----**2.3 ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL EM LUGAR PRIVATIVO**-----

-----**Requerente: Associação de Melhoramentos Cultural, Desportiva e Recreativa do Concelho de Celorico da Beira**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 3924, de 06/12/2017, referindo que pretende a requerente a renovação da licença de dois lugares de estacionamento privado para o ano de 2018, cada um com a área de 12,50m<sup>2</sup> (2,50mx5,00), localizados na Rua Externato da Imaculada Conceição, em Celorico da Beira, junto à Associação de Melhoramentos Cultural, Desportiva e Recreativa do Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Mais informa, que sendo a requerente uma IPSS, e pela alínea c), do n.º 1, do art.º 5.º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do Município de Celorico da Beira, a mesma encontra-se isenta das taxas municipais.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, nos termos da informação técnica.**-----

-----**2.4 ASSUNTO: PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PS - COLOCAÇÃO DE BANDAS SONORAS EM VALE DE AZARES**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 4006, de 13/12/2017, relativamente à proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do PS, sobre a colocação de bandas sonoras, na estrada principal de Vale de Azares (Av. do Estádio), no trajeto compreendido entre o Café do Vasco e o Café do Guerra, por considerarem existir um perigo devido ao excesso de velocidade de quem ali passa, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de lombas redutoras de velocidade, na estrada principal de Vale de**

**Azares (Av. do Estádio), no trajeto compreendido entre o Café do Vasco e o Café do Guerra.** -----  
-----

**-----2.5 ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE** -----

**-----Requerente: Lúcia de Almeida Albuquerque Silva** -----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 4007, de 13/12/2017, relativamente à exposição da requerente sobre a colocação de lombas redutoras de velocidade na estrada de Vide entre Vinhas e Galisteu, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----  
-----

**-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de lombas redutoras de velocidade, na estrada de Vide entre Vinhas e Galisteu.** -----  
-----

**-----2.6 ASSUNTO: ELABORAÇÃO DE LOMBAS NA RUA DE BAIXO, EM CELORICO DA BEIRA** -----

**-----Requerente: José Joaquim Domingos** -----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 4011, de 13/12/2017, relativamente à exposição do requerente sobre a elaboração de três lombas redutoras de velocidade, na Rua de Baixo, em Celorico da Beira, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----  
-----

**-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de três lombas redutoras de velocidade, na Rua de Baixo, em Celorico da Beira.** -----  
-----

-----**2.7 ASSUNTO: RENOVAÇÃO PARA O ANO 2018 DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVADO**-----

-----**Requerente: Instituto de S. Miguel - Casa D. João de Oliveira Matos**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 4013, de 13/12/2017, referindo que pretende o requerente a renovação para o ano de 2018 de dois lugares de estacionamento privado, para os veículos com as matrículas 15-ID-41 e 50-AE-93, demarcados junto às instalações da Instituição, na Rua Maria Augusta Mocho, em Celorico da Beira. -----

-----Mais informa, que sendo o requerente uma IPSS, e pela alínea c), do n.º 1, do art.º 5.º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do Município de Celorico da Beira, a mesma encontra-se isenta das taxas municipais.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, nos termos da informação técnica.**-----

-----**2.8 ASSUNTO: ASPETOS A ANALISAR/DECIDIR PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, PARA EVENTUAL ISENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE EVENTOS**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 4033, de 14/12/2017, dando conhecimento de que na reunião de Câmara de 06/12/2017, foi solicitado à Técnica que elaborasse uma informação no sentido de o Executivo Municipal decidir sobre a possível isenção de autorização de caminhadas, mediante critérios a estabelecer para que os mesmos possam ser decididos em reunião de Câmara. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos.**-----

-----**3. MARIA ILDA MORGADO DA SILVA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VIA PÚBLICA, NA RUA 25 DE ABRIL, EM CELORICO DA BEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente para ratificar, despacho do Senhor Presidente da Câmara (requerimento n.º 12517), a deferir a autorização para corte da via pública, na Rua 25 de abril, desde o entroncamento da Rua António Fernandes Costa Almeida até ao entroncamento da Rua Augusto Gil, entre as 08:00h e as 17:00h, em Celorico da Beira, no dia 14/12/2017.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 13/12/2017.**-----

-----**4. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: José Manuel da Fonseca**-----

-----Foi presente requerimento n.º 546, relativo ao processo n.º 11/2017/41, de 27/11/2017, em nome de José Manuel da Fonseca, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no Chão do Anjo, Aldeia da Serra, S. Pedro, da União de Freguesias de Celorico (S. Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, concelho de Celorico da Beira, inscrito sob o artigo matricial n.º 2272, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Informa ainda o Fiscal Municipal, que o edifício terá sido construído antes de 1981 e de acordo com a informação interna n.º 3764, de 28/11/2017, não existem processos de obras em nome do requerente.-----

-----A Caderneta Predial Urbana emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita em 2012, e que se reporta a uma habitação. -----

-----Sendo que a informação apresentada, refere que a edificação terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. -----

-----**5. SECÇÃO DE PATRIMÓNIO** -----

-----**ASSUNTO: PROCEDIMENTOS PARA A ALIENAÇÃO DE SUCATA DIVERSA EXISTENTE NO COMPLEXO DESPORTIVO** -----

-----Foi presente informação, com registo interno n.º 12414, de 11/12/2017, submetendo para aprovação as “Normas Aplicáveis à Alienação em Hasta Pública de Sucata Diversa”, bem como a autorização de alienação dos bens enumerados no anexo II das respetivas Normas, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Solicita ainda, que seja nomeada a Comissão de Avaliação para o material a alienar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Aplicáveis à Alienação em Hasta Pública de Sucata Diversa, bem como autorizar a alinação dos bens enumerados no anexo II.** -----

-----**6. CONTRATO DE COMPRA E VENDA ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA** -----

-----Foi presente, para aprovação, Minuta do Contrato de Compra e Venda a estabelecer entre o Município de Celorico da Beira e a Fundação Renal Portuguesa, documento cuja cópia se anexa a esta ata (7),

considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----  
-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Contrato de Compra e Venda a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Fundação Renal Portuguesa.**-----

-----**Mais deliberou, submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal.**-----  
-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----  
-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 14:10h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----  
-----  
-----